

ROMANTIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: BASTA EXISTIR PARA RESISTIR?

ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

STEFÂNIA DE CASTRO HELMOLD
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

ROMANTIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA: BASTA EXISTIR PARA RESISTIR?

Introdução

O desenvolvimento da ciência social deve grande parte do seu desenvolvimento à busca de compreensão do cotidiano sob o aspecto da diferença e do estranhamento proporcionado pelo contato com povos e culturas diversas. O compromisso colonial que marcou essa construção de conhecimento, foi contraposto por estudos que passaram a observar as diferenças, sob um novo enfoque, crítico a concepção de um padrão civilizatório dos binarismos que reduzem os grupos sociais em pares, como o civilizado/selvagem. Assim, a diferença passou a ser a marca da diversidade humana, que lhe é inerente, além de ser valorizada ao invés de hierarquizada (KUABARA, SACHUK, 2011).

Com isso, alguns trabalhos passaram a dar ênfase aos grupos sociais marginalizados, o que demonstrou relações sociais opressoras. O produto desses estudos foi importante por demarcar as diversas formas de opressão, os mecanismos de produção e reprodução bem como as estratégias que levam à naturalização desses processos. Temas como feminismo, racismo, classismo e diversos outros deram corpo as denúncias que motivaram importantes mudanças, resultando em avanços na direção da emancipação social. Isso pontua a importância da denúncia enquanto objeto científico em estudos críticos.

Considerando a recuperação dos Manuscritos econômicos-filosóficos de Karl Marx publicado em 1844 com marco da teoria crítica (PAULA, 2008), mesmo após quase dois séculos de estudos sociais críticos, refletir sobre esse processo é tanto desejável quanto necessário para garantir a efetividade desses estudos para os grupos sociais estudados e para outros que experimentam situações semelhantes. É possível perceber que a denúncia continua a ser importante, mas basta demonstrar o quanto os grupos são oprimidos? Desde Marx, a crítica deve ser voltada a formas alternativas que coloquem no plano concreto o embate político evidenciado. Do contrário, trabalhos críticos podem ser reduzidos à uma produção jornalística, uma informação sem análise e sem desdobramentos.

Pensar em alternativas para os processos que marginalizam e segregam grupos sociais não é uma tarefa fácil, mas já é possível perceber que existem caminhos construídos. Um deles é justamente demonstrar práticas emancipatórias presentes nos próprios grupos, alçando-os à *locus* de representatividade política. Essa é uma das formas de se compreender o estudo da resistência em grupos sociais. Ocorre que, uma grande quantidade de trabalhos tem reforçado a resistência, o que sinaliza a necessidade de compreender melhor a como se dá a produção teórica em torno desse fenômeno.

As comunidades quilombolas são reconhecidas como símbolo de resistência e no contexto atual, falar sobre elas é um dos meios de problematizar a luta política e a reflexão científica (LEITE, 2000) das pessoas negras no país. A resistência atribuída à existência das comunidades quilombolas pode ser percebida sob diversas nuances, significando a não submissão ao sistema escravista, como também a busca e a construção de um território no qual os indivíduos possam se estabelecer enquanto sujeitos e não a subsistência coisificada imposta pela relação senhor/escravizado. Nesse sentido, a luta política das pessoas negras no país continua, marcando a passagem do “negro drama” estigmatizado e estereotipado, do “negro objeto” tematizado na literatura e na ciência (PROENÇA FILHO, 2004) para o negro sujeito, ator ativo

socialmente na produção discursiva na política, economia, religião, cultura, ciência e na História.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Considerando-se as provocações apresentadas na Introdução, este trabalho tem como objetivo compreender se o cotidiano de uma comunidade quilombola, enquanto organização social não hegemônica, pode ser circunscrito enquanto resistência, compreendida como consciência política e histórica.

Fundamentação Teórica

As comunidades quilombolas contemporâneas podem ser vistas como um dos tipos de organizações afro-brasileiras. Segundo Siqueira (1997), essas organizações sociais têm a resistência como finalidade, e estariam ligadas às referências africanas por meio das continuidades reelaboradas. Ela observa esses traços a partir de estudos antropológicos de grupos religiosos e musicais na Bahia e reforça a continuidade e manutenção de expressões originária de povos africanos. Porém, já que suas concepções partem de uma perspectiva que recusa a identidade essencializada, compreende-se que ela própria resolve essa contradição ao defender a manifestação das continuidades reelaboradas. As mudanças ocorridas ao longo dos anos são interpretadas pela autora com decorrência de atualização das práticas sociais e não de desvínculo com as originárias.

O pensamento de Siqueira, possui respaldo em Moura (1987), já que para o autor, desde a era colonial escravocrata, os quilombos representam territórios de resistência a um sistema opressor e que por isso teriam sido duramente perseguidos. Durante o período colonial, a criminalização e a repressão chocaram-se com as fugas, revoltas armadas e insurreições realizadas por quilombolas, de acordo com o autor.

Moura (1987) confere aos quilombos, uma esfera de oposição ao sistema social vigente. Talvez por isso, o autor relate que, embora esse tipo de organização fosse predominantemente constituído por pessoas negras, tenha atraído pessoas de grupos sociais diversos, como indígenas, pessoas brancas e pobres ou ainda pessoas politicamente críticas ao sistema. Tantas diferenças podem ter estabelecido um ponto de diálogo em comum, capaz de gerar um campo de cooperação e que enfrentou a opressão decorrente da perseguição. Mas isso seria mesmo suficiente para denotar uma finalidade, ou um perfil às organizações quilombolas?

A ideia de que os quilombos são um símbolo de resistência ao escravismo e à organização social vigente no Brasil Colônia está presente em muitos trabalhos (BRASIL, 2018; ALVES; COSTA, 2017; ROSSI, 2016; SOUTY, 2015; MOTA, 2012; RATTS, 2006; MOURA, 1987). De fato, mesmo que os quilombos não fossem considerados uma ameaça factual para o escravagismo, restava a tensão simbólica. Seja por meio do confronto direto ou pela oposição ideológica, parece encorajar uma explicação capaz de reunir a diversidade de grupos e amplos períodos temporais em torno da resistência.

Seria então plausível considerar que as comunidades quilombolas são organizações políticas regidas pela resistência aos sistemas hegemônicos e opressores (LEITE, 2000)? Geralmente, o

termo quilombo é usado descrever grupos em um período demarcado historicamente. Existem tanto trabalhos voltados à descrição do cotidiano no contexto escravocrata, quanto outros que o fazem considerando a atualidade. Em ambos, o aspecto político é um elemento recorrente, já que muitos teóricos promovem a dimensão política como fator preponderante presente nas comunidades (LEITE, 2000). O pensamento de Price (1999, p. 9) ilustra essa concepção:

Pois, apesar da existência de centenas de comunidades quilombolas durante o período da escravidão (incluindo, é claro, o grande quilombo dos Palmares, século XVII), Brasil de hoje não abriga os tipos de sociedades quilombolas – com evidente continuidade histórica das comunidades rebeldes do tempo da escravidão, e com profunda consciência histórica e organização política semi-independente.

O destaque feito é rico por uma série de fatores diferenciados, mas que apresentam um ponto em comum: a força da lente usada pelo pesquisador na leitura da organização. A primeira concepção interessante apresentada por Price reside no fato de ele negar a existência de quilombos na atualidade. O autor justifica seu veredito em função de não ser possível perceber a rebeldia e a “profunda consciência histórica e organização política semi-independente” (PRICE, 1999, p. 9).

É possível notar que o argumento de Price reflete um ideal essencialista, que limita a percepção dos quilombos à elementos considerados “originais”, uma espécie de busca arqueológica que tem por objeto as práticas cotidianas enquanto forma de legitimação dos grupos. Dessa forma, o autor não reconhece a possibilidade de mudança a determinadas organizações sociais, muito embora elas estejam inseridas em uma lógica ampla em que a mudança é mais uma premissa do que uma característica particular. Reis (2007) e Moura (1987) são categóricos em demonstrar que mesmo durante o período escravocrata, as organizações quilombolas eram diversas em dimensão, composição, atividade econômica e política, para citar algumas dimensões. O “retorno às origens” não encontra respaldo nem mesmo na Arqueologia, já que Benavides (2011), propõe um método arqueológico social capaz de transcender a busca de artefatos, mas que os situa no tempo e no espaço, de forma a possibilitar um estudo crítico e contextualizado.

Porém, resta ainda a questão relativa a consciência histórica e política, tal característica seria mesmo generalizada e homogênea? Essa concepção que vincula quase que imediatamente quilombos a uma determinada postura política é criticada por Reis (2007, p 21), sendo que ele acredita que para a maioria dos quilombos “o objetivo não era demolir a escravidão, mas sobreviver em suas fronteiras e, se possível, viver bem”. O autor elenca diversas práticas voltadas à garantia da subsistência e segurança desenvolvidas pelos grupos, como alianças com pequenos comerciantes, fazendeiros e outros quilombos. Se a resistência resumisse a existência dessas organizações, tais práticas não seriam uma possibilidade, uma vez que indicam uma espécie de submissão ou concessão à lógica escravocrata. Assim, a busca de melhores condições de vida não necessariamente pode indicar oposição ao sistema e, de uma certa forma, essa busca resultou em ganhos, que, ainda que pequenos, garantiam certa estabilidade.

Gomes e Pires (2007) reforçam essa visão, ao associarem a manutenção dos quilombos à integração ao sistema econômico e social. A estabilidade das organizações quilombolas, não poderia assim, ser somente explicada somente pela via do confronto e da oposição, mas também por outras, que ainda que reforçassem a configuração hegemônica, foram consideradas como alternativas válidas e efetivas.

Metodologia

Embora seja necessário reconhecer a carência de metodologias construídas a partir de outros saberes, distintos dos que em “grande parte da pesquisa qualitativa tem reproduzido, quando cheia de contradições, um discurso colonizador sobre o outro” (FINE, 2006, p. 116), é necessário dizer que o presente estudo não inaugura novo ferramental, mas vale-se da conjugação de diversos instrumentos existentes, como forma de construir juntamente com os participantes da pesquisa o discurso acerca de fragmentos da realidade que vivem. Diante desta especificidade, foi utilizada a estratégia de pesquisa qualitativa conjugando-se dois métodos para construção de dados: i) História Oral (THOMPSON, 1992) e ii) observação participante (NETO, 2002).

A História Oral proporciona compreender em profundidade aspectos do cotidiano com base na narrativa dos participantes. As entrevistas foram realizadas na Comunidade Luizes em dias pré-agendados com as participantes. Foram realizados cinco encontros com a senhora Zilda Luizes, o que perfaz 8 horas e 52 minutos de relato registrado e seis encontros com Francisca Luizes, sendo 13 horas e 3 minutos de registro, o que totaliza 21 horas e 55 minutos de entrevistas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, tal como recomenda Thompson (1992). O critério para seleção da organização, que neste caso se refere ao Quilombo Luizes, pode ser descrito como caso polar, pois trata-se de um grupo com características evidentes e singulares de opressão e violência. A organização está situada no bairro Grajaú, em Belo Horizonte, sendo um grupo que precede a fundação da capital mineira.

Foram quase dois anos de acompanhamento do grupo, como visitas, participação e organização de eventos culturais, religiosos e políticos. Essa vivência ao longo da pesquisa foi registrada em notas de campo e é pertinente como método de observação participante (NETO, 2002). A observação proporciona ao pesquisador registrar e analisar discursos não verbalizados, mas que se faz presente por meio da linguagem e da comunicação. Fairclough (2012) descreve prática social constituída tanto pelo contexto de estruturas e de ação, como o âmbito de ação e relações sociais capazes de reproduzir ou transformar estruturas. Segundo o autor, as práticas sociais incluem as relações sociais, as identidades, os valores a consciência e a semiose, esta última “que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307).

Análise dos Resultados

A organização dos dados possibilitou identificar dois grandes discursos predominantes na narrativa das entrevistadas sobre suas memórias. Eles dizem respeito a questões do Quilombo e dos demais grupos sociais, ou seja, as narrativas foram fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir o grupo dos demais. Esse fato pode ser explicado em função de o contexto atual imprimir grande importância para a diferenciação das comunidades, algo fundamental para seu reconhecimento. Assim, tem-se a origem de dois macrotópicos discursivos identificados nos dados, sendo o primeiro relativo à comunidade e o segundo à sociedade, compreendida na relação da comunidade com os demais grupos sociais.

Abordar o termo resistência foi feito com cuidado e parcimônia. Como foi possível observar na discussão presente no referencial teórico, é preciso cuidado para não impor a todo um grupo de pessoas um rótulo reducionista ou simplista, e que não reflete a forma como o grupo se vê (BOYER, 2015).

Inferir que existência não resume resistência não pode ser considerada uma obviedade, já que é uma visão presente em diversos trabalhos. Se os conflitos e as tensões existentes na comunidade e em função dela apontam para o seu esfacelamento, algo presente nas narrativas das entrevistadas, e o acompanhamento da comunidade sugere que, apesar de todas as dificuldades, eles se mantêm. Essa contradição está imersa em uma dinâmica que pode apresentar diversas nuances, não tão evidentes ou não visíveis a depender das lentes teóricas, metodológicas ou mesmo políticas utilizadas pelos pesquisadores.

Entre os anos de 2017 e 2018 diversas visitas foram realizadas ao Quilombo Luizes, além da realização das entrevistas com mais de 20 horas de gravação. Apesar de todas as demais tarefas, das questões de saúde e da própria idade avançada, as entrevistadas me receberam em suas casas, contaram sobre suas vidas, mostraram e me deixaram reproduzir documentos. Se, com suas palavras, em diversos momentos a mensagem era a desolação e a desesperança com relação a violência imposta ao grupo, em diversas atitudes durante a realização da pesquisa, as entrevistadas demonstram disposição em se manter na comunidade e lutar por ela. A força de Francisca é demonstrada no fragmento 1.

[1] eu não gosto de apartamento, e não gosto mesmo, mas se for para o bem de todo mundo e tomar dos outros, aí eu não quis mais lutar. Eu era dos Direitos Humanos. [...] Se fizerem alguma coisa contra meu filho eu vou até na ONU... mando uma coisa na ONU e boto o nome de todos os famosos que são os prováveis assassinos, da minha tia e da nossa família. [...] Eles sempre falaram por nós[...]. Não calo a minha boca, eles vão me matar, mas eu não vou calar (FRANCISCA LUIZES).

No fragmento 1 é possível perceber a utilização da estratégia discursiva de perpetuação pela qual o locutor tenta manter ou reproduzir grupos já estabelecidos (BENKE; WODAK, 2003). Visando o apaziguamento dos conflitos, Francisca demonstra estar disposta a submeter-se em algum nível ao mencionar que “eu não gosto de apartamento, e não gosto mesmo, mas se for para o bem de todo mundo”. Porém o limite desta submissão é pontuado: a integridade física de seu filho. Neste trecho, Francisca não chega a explicitar quem o que representam uma ameaça. Mesmo assim é possível perceber que ela está a falar de uma ameaça concreta e em razão disso relata qual seria sua reação, em um tom intimidador. Francisca revela menos do que sabe e seu conhecimento possui relação com o processo de aquisição de diversos imóveis feitos nas terras da comunidade. Como trata-se de uma região valorizada, muitas dessas aquisições supostamente foram feitas por personalidades conhecidas na cidade de Belo Horizonte dos meios. Algumas dessas pessoas seriam políticos, empresários, advogados e até juizes. Dessa forma, o conhecimento de Francisca é usado como forma de resistir e configura sua margem de ação ao nível da agência.

Frequentemente construtoras e até mesmo empresários fazem ofertas para as pessoas da comunidade, que são recusadas na medida que compreendem que as aceitar implica enfraquecer ou prejudicar o grupo. Ocorre que diversas ofertas são seguidas de ameaças. Em um episódio recente, o filho de Francisca foi espancado e ficou vários dias hospitalizado. Esse fato não a fez desistir da comunidade e, e ao afirmar que “não calo a minha boca, eles vão me matar, mas eu não vou calar”, ela reafirma sua posição em defesa do que acredita. A intensidade com que Francisca descreve sua postura pode ser associada à estratégia de intensificação (WODAK, 2001). O argumento da quilombola visa gerar convencimento de que está disposta a realizar o que diz e que não se trata de um exercício meramente retórico.

A dimensão do silenciamento impostos a alguns grupos sociais, dentre os quais as comunidades quilombolas comparece no fragmento 1. Ao refletir e falar sobre suas memórias e vivências,

Francisca acredita que “eles sempre falaram por nós”. Silenciamento é algo distinto do silêncio. Esse último possui diversas nuances, do que somente ausência de som (ORLANDI, 2007). Ele carrega significados e pode ser a manifestação de processos considerados opressores (NOBLE, 1999). Existem diversas possibilidades a partir do silêncio, mas o fato de seu sentido não ser explícito, faz com que ele seja objeto de controle. O silêncio pode ser entendido a partir do que ele não é, como vazio e ausência de som. Já o silenciamento ocorre por uma imposição (KILOMBA, 2016). Um caminho possível para entender o silenciamento como uma estratégia discursiva é recuperar a definição de discurso de Wodak (2001a) e segundo a qual os discursos se manifestariam por diversas formas, como símbolos semióticos, textos orais ou escritos. Ainda segundo a autora, o texto seria a forma de entregar sentido e a escrita não é sua única possibilidade (WODAK, 1997). Ao reconhecer as situações estendidas da fala, Wodak (1997) confere os meios para se pensar no silenciamento do ponto de vista discursivo.

No fragmento 1, estou convencida de que o silenciamento pode ser uma estratégia discursiva. Em determinadas situações, silenciar determinados discursos pode ser uma forma de reforçar ou perpetuar outros em função de interesses específicos. A História é um campo fértil em exemplos nesse sentido, motivo pelo qual Pollak (1989) considera que silêncios e silenciamentos históricos refletem intencionalidades políticas e sociais.

Segundo Kilomba (2016), a negação em lidar com determinadas questões é um mecanismo para manutenção de processo opressores e violentos. A máscara de ferro usada para vedar a boca de pessoas escravizadas é, para ela, a expressão materializada da posse. Com a máscara, a pretensão de controle era total, já que com ela era possível definir a alimentação e principalmente a capacidade de comunicar-se das pessoas. Para Kilomba, as pessoas negras foram silenciadas, não somente pela máscara. As histórias não contadas, as vivências não conhecidas são as formas de negação dos conflitos. O silenciamento pode ser associado com o pensamento de Francisca, quando diz que “eles sempre falaram por nós”. Falar pela comunidade é uma forma de silenciá-la, algo que é agravado pelo fato de quilombolas estarem sub-representados em várias instâncias sociais como academia e política. O pensamento de Francisca é tratado por Spivak (2010), ao interrogar se pode o subalterno falar. Segundo a autora, as pessoas autorizadas e legitimadas a construir determinados discursos (FOUCAULT, 1996), o fazem em função de interesses políticos e econômicos específicos à custa da objetificação do sujeito colonizado. Para ela isso pode ser considerado uma violência epistêmica, já que os saberes, os conhecimentos e as informações ancoradas na tradição e na transmissão oral (SOUZA, 2012) presentes nos grupos considerados subalternos não estão representados. Assim, Francisca desafia uma lógica que se beneficia com seu silêncio e pode isso ser considerado uma forma de resistência.

Tanto teoricamente quanto nos movimentos sociais, a associação de comunidades étnico raciais como as quilombolas à resistência é recorrente. As comunidades quilombolas são consideradas um símbolo de resistência ao escravismo e à organização social vigente no Brasil Colônia (BRASIL, 2018; ALVES; COSTA, 2017; ROSSI, 2016; SOUTY, 2015; MOTA, 2012; RATTI, 2006; MOURA, 1987). O fato é que, tanto durante as longas horas de entrevista, como em outros momentos na comunidade, não houve nenhum registro do termo de resistência proferido por alguém do grupo.

Resistir. As questões apresentadas tornam imperativo entender o que é resistir ou, ao menos, compreender com que sentidos esse termo tem sido usado. Moura (1987) é um dos grandes autores sobre a temática quilombola e sua obra já resume seu pensamento logo no título “Quilombos: resistência ao escravismo”. De modo semelhante, para Alves e Costa (2017, p.

2015), “admite-se desde então uma variedade de processos de ocupação de terra nas diferentes trajetórias históricas ligadas à resistência negra, alargando-se a concepção de comunidade quilombola”. O argumento das autoras visa estabelecer uma ligação entre a ocupação de terras a grupos sociais negros e, assim como Moura (1987), generalizam a resistência a todas as comunidades quilombolas. Outra autora adepta a essa visão é Siqueira (1997), por afirmar que o objetivo das organizações afro-brasileiras essencialmente é o de resistir e estão fundamentadas na referência africana.

Ocorre que construir essa relação implica ignorar que os grupos sociais com predominância negra, incluindo-se aí as quilombolas, não eram homogêneos. Um contraponto a essa visão está presente em Litte (2004, p. 5):

Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. Mas se, por um lado, existem múltiplas formas de resistência, por outro, todas as respostas desses grupos não necessariamente devem ser classificadas como de resistência. Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas.

A leitura que Litte propõe da situação vivenciada pelos grupos sociais é mais criteriosa e respeita as nuances presente nas diferentes trajetórias dos sujeitos. Em razão disso, o autor pontua que a resistência não é uma característica que deva ser generalizada.

Reis (2007) observou que algumas comunidades quilombolas criaram redes em que havia troca de informações, de produtos e serviços com outros grupos sociais. Essas redes envolviam, inclusive, parcerias entre quilombolas e fazendeiros. Outra situação que Reis destaca é que houve indígenas que lutaram contra a invasão de terras como também houve aqueles que ajudaram na perseguição de quilombolas e de outros indígenas. Em razão disso, o autor considera que para os quilombos “o objetivo não era demolir a escravidão, mas sobreviver em suas fronteiras e, se possível, viver bem” (REIS, 2007, p 21).

As considerações de Reis (2007) e Litte (2004) demonstram o equívoco em perceber a dinâmica social de comunidades negras sob uma ótica reducionista e essencializada. Rotular a existência desses grupos a resistência é justamente reduzir e essencializar experiências de vidas extremamente dinâmicas e complexas e que para sua análise correta o contexto sempre deve ser considerado (WODAK, 2001). Diversos autores reforçam os riscos ligados ao essencialismo (HALL, 2001; FOUCAULT, 1996), já que essa percepção ignora as diferenças em detrimento de uma explicação pretensamente universal. No campo histórico, uma das propostas da Escola dos *Annales* é justamente a desestabilização do essencialismo, por meio da ampliação da noção de documento (REIS, 2000).

Se por um lado a resistência, por mais que seja um fenômeno manifesto por várias maneiras, não pode ser usado como rótulo, por outro, é possível perceber que uma das formas de resistência é a existência indesejada. A leitura que faço dessa situação é a de que é possível perceber que a comunidade resiste à lógica de que ela desapareça do local de onde está. Dessa forma, é possível afirmar que a Comunidade Luizes resiste. Contudo, isso é uma prática interpretada por quem observa, e no caso de acadêmicos, à luz de um conceito teórico, não uma

intencionalidade do grupo. Assim, não se pode reduzir a existência e o objetivo da comunidade à possibilidade de resistência.

Conclusão / Contribuição

A realização deste trabalho teve como objetivo compreender se o cotidiano de uma comunidade quilombola, enquanto organização social não hegemônica, pode ser circunscrito enquanto resistência, compreendida como consciência política e histórica, o que foi feito por meio da História Oral e da Observação Participante enquanto métodos pertinentes à construção dos dados. Esse estudo se fundamenta na ontologia nominalista, com base no método indutivo. O Pós-estruturalismo foi usado como a epistemologia que mais se aproxima da dinâmica do Quilombo Luizes e essa escolha pode ser justificada em razão de os conceitos essencialistas não serem capazes de explicar as organizações sociais existentes na atualidade, já que se tratam de identidades em construção, mas também em disputa, haja vista a existência de diversas concepções existentes.

Os resultados obtidos no que se referem à comunidade podem ser divididos a partir da abordagem realizada na produção dos dados entre histórias da comunidade tanto internas quanto externas. Esses resultados obtidos a partir das memórias das entrevistadas permitem contar diversas histórias da Comunidade Luizes, que remetem à dinâmica do grupo e dele como outros grupos sociais, o que indica que as histórias e memórias podem ser associadas a um discurso de identidade, dentre as quais é possível destacar Histórias ligadas à resistência.

As histórias de resistência foram abordadas por meio da História Oral e da Observação Participante, realizados durante o um processo feito por quase dois anos. Se os conflitos e as tensões existentes na comunidade e em função dela apontam para o seu esfacelamento, algo presente nas narrativas das entrevistadas, o acompanhamento da comunidade demonstra que, apesar de todas as dificuldades, elas se mantêm. Foi possível perceber que a comunidade resiste à lógica de que ela desapareça do local de onde está, mas isso é uma prática interpretada por quem observa e não uma intencionalidade do grupo. Assim, não se pode reduzir a existência da comunidade à possibilidade de resistência.

Outro aspecto a ser destacado é o de em que medida as lembranças podem ser uma forma de existência e resistência. Por meio da pesquisa, foi possível perceber que as pessoas ao lembrarem-se de suas vivências e de seu passado, ressignificam e analisam suas próprias vidas, algo que associa com a existência. Lembrar-se promove a resistência na medida em que as pessoas são capazes de se perceber enquanto sujeitas em um determinado contexto e ao observar e refletir sobre suas próprias trajetórias, conseguem estabelecer suas escolhas futuras em função de seus interesses, mesmo que essa postura contrarie grupos considerados hegemônicos. Nesses termos, é possível perceber atos de resistência presentes no cotidiano dessa organização.

Porém, o referencial teórico demonstra que tais atos podem ter motivado interpretações funcionalistas que limitam a existência de quilombos à possibilidade de resistência. Tais leituras silenciam aspectos conflitantes e que perfazem as práticas sociais de tais grupos, já que historicamente, por mais que quilombos não fossem organizações hegemônicas e que representam uma tensão ao sistema escravocrata, em diversos momentos houve a adoção de práticas que em tese, sublinharam uma submissão ao sistema social vigente.

Com isso, determinar que Quilombos são símbolos de resistência é imputar-lhes uma função, um objetivo, algo que não se sustenta com base no estudo realizado. Evidenciar a resistência no cotidiano de quilombos é algo que se liga a um determinado posicionamento político sensível à causa quilombola, mas ao preço de silenciar para a dinâmica rica e complexa em que tais grupos estão imersos. O resultado desse processo pode ser considerado como uma produção teórica rasa, que, embora aliada politicamente, não acrescenta possibilidade de mudança e contribuição por excluir das análises tudo que não pode ser associado ao ideal romântico de organização resistente.

Abordar uma comunidade quilombola em Estudos Organizacionais possibilitou desenvolver uma forma ainda incomum de pesquisa, em uma proposta multidisciplinar. Outra questão que posso destacar é que perceber a comunidade quilombola pela ótica organizacional fez com que o estudo fugisse da concepção dicotomizada, em que esses grupos são tratados como oprimidos frente aos inimigos externos. As injustiças sociais existem e devem ser denunciadas e combatidas, mas a pesquisa não pode resumir-se a rótulos simplistas, ignorando-se a complexidade dos grupos sociais e do contexto em que estão inseridos. Explorar os conflitos não significa enfraquecer a luta quilombola, já que esses também representam uma ameaça às comunidades. A realização do estudo possibilitou compreender que romantizar a existência de grupos sociais não hegemônicos pode configurar uma análise simplista com escassa possibilidade de, efetivamente, produzir avanços efetivos, mesmo no plano político.

Referências Bibliográficas

- ALVES, H. C.; COSTA, S. L. Territórios pós-coloniais: cultura, arte, política e relações de poder no processo de construção da identidade quilombola. **Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e PosColoniais**, v. 7, n. 1, p. 209-233, 2017.
- BENAVIDES, A. H.; LOIOLA, T. S.; LEMKE, T. M.; RATTTS, T. A. Retornando à Origem: Arqueologia Social Como Filosofia Latino-Americana. **Revista Terceiro Incluído**, v. 1, n. 2, p. 164-192, 30 dez. 2011.
- BENKE, G.; WODAK, R. The discursive construction of individual memories: how Austrian “Wehrmacht” soldiers remember WWII. In: MARTIN, J. R.; WODAK, R. (Ed.). **Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 195- 216.
- BOYER, V. Misnaming Social Conflict: ‘Identity’, Land and Family Histories in a Quilombola Community in the Brazilian Amazon. **J. Lat. Amer. Stud.**, v. 46, n. 3, p. 527-555, 2015.
- BRASIL, R. L. OS “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”: Ressemantização e Esvaziamento Jurídico da Categoria. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, p. 262-281, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d’Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FOUCAULT, M. **Ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOMES, F. S.; PIRES, A. L. C. S. Origens da roça negra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 27, 2007, p. 24-27.
- HALL, S. Que negro é esse na cultura popular negra. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 13-14, p. 147-159, 2001.
- KILOMBA, G. The Mask. In: KILOMBA, G. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**, Münster: Unrast-Verlag, 2016.
- KUABARA, P. S. S.; SACHUK, M. I. Apontamentos Iniciais Sobre a Gestão da Diversidade: Dilemas e Significados. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, n. 17, v1, 2011.
- LEITE, I. B. Os Quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Rev. Etnográfica**, vol. IV, pag. 333-354, 2000.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

MOTA, J. G. B. Movimento Étnico-Socioterritorial Guarani e Kaiowa No Estado de Mato Grosso do Sul: Disputas Territoriais nas Retomadas pelo Tekoha-Tekoharã. **Revista Nera**, n. 21, p. 114-134, 2012.

MOURA, C. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. São Paulo: Ed. Ática, 3 ed. 1987.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

PAULA, A. P. P. Teoria Crítica nas Organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. FLAKSMAN, Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004, p. 161-193.

RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

REIS, J. C. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

REIS, J. J. Ameaça Negra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 27, dez. 2007.

ROSSI, F. L. Conflitos envolvendo quilombolas em processos judiciais de Minas Gerais—Estudos de casos. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 1, 2016.

IQUEIRA, M. L. Ancestralidade e Contemporaneidade de Organizações de Resistência Afro-Brasileira. IN: FISCHER, T. **Gestão Contemporânea**: Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SOUTY, J. O quilombo como metáfora: espaços sociais de resistência na região portuária carioca. IN: CARNEIRO, Sandra et al. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SOUZA, F. J. **Do canto da voz ao batuque da letra**: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil. (tese). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 63-94.

WODAK, R. Introduction: some important issues in the research of gender and discourse. In: WODAK, R. (Ed.). **Gender and discourse**. London: Sage, 1997. p. 1-20.